

CONTRATO CB-XXX/XXXX

CONTRATO DE COMPRA QUE FAZEM ENTRE SI A NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS – NUCLEP E _____.

1. DAS PARTES

1.1 NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS – Empresa Pública, criada pelo Decreto nº. 76.805/75, de 16/12/1975, com sede na Av. Gen. Euclides de Oliveira Figueiredo, 200 – Brisamar - Itaguaí – RJ, CEP: 23825-410, CNPJ nº 42.515.882/0003-30, adiante denominada **NUCLEP**, representada neste ato pela Diretoria Executiva, cujas atribuições lhe são conferidas pelo Estatuto Social da Companhia, e _____, doravante denominada **CONTRATADA**, CNPJ nº _____, com sede em _____, representada por _____, RG _____, CPF _____, na qualidade de _____, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e do Regulamento de Licitações e Contratos da NUCLEP, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão nº 110/2024**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

2. DO OBJETO

1.2 O objeto do presente Termo de Contrato é a Aquisição de Mini Carregadeira nova, sem uso, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo a este Termo de Contrato.

1.3 Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.4 Trata-se de aquisição de bem comum, contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.

1.5 Discriminação do objeto:

QUADRO 1: ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Especificação	Unid	Qtd	Valor Unit (R\$)	Valor Total (R\$)
------	---------------	------	-----	------------------	-------------------

1	Mini Carregadeira – referência comercial: BOBCAT modelo S450	UM	01		
---	--	----	----	--	--

1.5.1 A Mini Carregadeira deverá possuir as seguintes especificações:

1.5.1.1 Carregadeira de direção deslizante compacta, podendo girar 360 graus;

1.5.1.2 O circuito de iluminação deverá desligar automaticamente, para prevenir descarga acidental da bateria;

1.5.1.3 Os rolamentos dos eixos deverão ser lubrificados automaticamente com o óleo da caixa de correntes, para que nunca necessitem engraxamento;

1.5.1.4 A Mini carregadeira deverá vir com standard com desligamento automático, que monitora as funções do motor e hidráulicas, diminuindo a chance de danos ao motor ou componentes hidráulicos;

1.5.1.5 A caixa de correntes deverá ser livre de manutenção, com tubos de eixos fixos exclusivos, resistentes e rolamentos totalmente vedados;

1.5.1.6 O radiador e o resfriador de óleo hidráulico deverão estar bem protegidos entre as colunas do chassi, acima do motor, deixando a traseira do motor livremente acessível para verificações de manutenção;

1.5.1.7 A trajetória de elevação deverá ser vertical, proporcionando uma maior capacidade de elevação, mantendo o centro da carga mais próximo da máquina ao elevar o braço da carregadeira;

1.5.1.8 Motor posicionado transversalmente e em paralelo com a bomba hidráulica acionado por correia;

1.5.1.9 Peso operacional: mínimo de 3.000 Kg e máximo de 3.500 kg;
- Sistema operacional de direção por alavanca, cabine do operador fechada com Ar-condicionado, com proteção ROPS/FOPS;

1.5.1.10 Kit de engate rápido do sistema hidráulico e acoplamento de concha;

1.5.1.11 Altura total: mínima de 1.95mm e máxima de 3mm;

1.5.1.12 Altura de descarga: mínima de 2.200 mm e máxima de 2.800 mm;

1.5.1.13 Carga estática de tombamento (ISSO 14397-1): mínimo de 1.200 Kg;

1.5.1.14 Capacidade operacional nominal (ISO 14397-1): mínimo de 600 Kg - Capacidade da bomba: mínimo de 63,2 L/min;

1.5.1.15 Alívio do Sistema de engates rápidos: mínimo de 22.4-23.1 Mpa;

1.5.1.16 Máx. Velocidade de deslocamento (opção de alto alcance): mínimo de 12,0 km/h;

1.5.1.17 Máx. Velocidade de deslocamento (baixo alcance): mínimo de 11,0 km/h;

1.5.1.18 Combustível: Diesel;

1.5.1.19 Arrefecimento: Líquido;

1.5.1.20 Deverão vir com pneus traseiros e dianteiros novos;

1.5.1.21 O equipamento deverá dispor de sinalizações de segurança, contemplando os aspectos de segurança, operação e partes perigosas, em língua portuguesa;

1.5.1.22 O equipamento deverá possuir cinto de segurança e barra de segurança no assento, que impeçam a operação do equipamento caso estejam destravados;

1.5.1.23 O equipamento deverá possuir estrutura protetora contra capotamento (ROPs) e estrutura com proteção contra queda de objetos (FOPs) nível II;

1.5.1.24 O equipamento deverá dispor de dispositivos sonoros de segurança, tais como: partida, ré e buzina.

1.6 Critérios de Sustentabilidade:

1.6.1 A CONTRATADA deverá atender aos padrões de emissões estabelecidos em regulamentações ambientais locais e internacionais.

1.6.2 Deverá ter preferência a mini carregadeira fabricadas com materiais reciclados ou de origem sustentável.

1.6.3 Deverão ter baixo nível de ruídos durante a operação, visando reduzir o impacto sonoro nas proximidades.

3. DA VIGÊNCIA

1.7 A vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado por meio de aditivo, excepcionalmente, mediante justificativa e na hipótese de sobrevir situações que impeçam ou prejudiquem a regular execução.

1.8 Caso haja interesse de ambas as partes na prorrogação da contratação, este deverá ser manifestado por escrito à parte contrária antes do término de vigência de cada período contratual.

4. DO VALOR

1.9 Pela execução do objeto contratado, será devido à CONTRATADA o valor total de **R\$_____ (_____)**, conforme proposta apresentada (Anexo II deste Contrato), cujo pagamento observará a Cláusula de Pagamento deste instrumento, e a composição de custos da CONTRATADA.

1.10 Todas as despesas com tributos, encargos sociais e trabalhistas, fretes, embalagens, seguros e quaisquer outras despesas diretas e indiretas que incidam sobre o objeto desta contratação correrão por conta da CONTRATADA.

1.11 A CONTRATADA deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

5. DO EMPENHO

1.12 Tão logo seja emitido o competente empenho, seus dados, bem como sua classificação programática, serão objeto de adendo ao presente contrato.

6. DO PAGAMENTO

1.13 O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se na cláusula 16 do Termo de Referência, anexo a este Termo Contratual.

7. DO REAJUSTE

1.14 As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas na cláusula 18 do Termo de Referência, anexo a este Termo Contratual.

8. DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.15 O equilíbrio econômico-financeiro é aquele previsto na cláusula 19 do Termo de Referência, anexo a este Termo Contratual.

9. GARANTIA DE EXECUÇÃO

1.16 A garantia da execução é aquela conforme regras constantes das cláusulas 20 e 21 do Termo de Referência, anexo a este Termo Contratual.

10. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

1.17 As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas na cláusula 6 do Termo de Referência, anexo a este Termo Contratual.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

1.18 A fiscalização da execução do objeto será efetuada por empregado designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida na cláusula 15 do Termo de Referência, anexo a este Termo Contratual.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

1.19 As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas nas cláusulas 10 e 14 do Termo de Referência, anexo a este Termo Contratual.

13. DA SUBCONTRATAÇÃO

1.20 A subcontratação é aquela prevista na cláusula 14 do Termo de Referência, anexo a este Termo Contratual.

14. DAS PENALIDADES

1.21 As penalidades referentes à execução do contrato são aquelas previstas na cláusula 22 do Termo de Referência, anexo a este Termo Contratual.

15. DA MATRIZ DE RISCOS

1.22 A matriz de riscos é aquela prevista na cláusula 23 do Termo de Referência, anexo a este Termo Contratual.

16. DA RESCISÃO DO CONTRATO

1.23 O instrumento contratual poderá ser rescindido unilateralmente pela NUCLEP, independentemente de notificação ou de interpelação, judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

1.23.1 Diante do não cumprimento ou cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

1.23.2 Diante da lentidão do seu cumprimento, levando a NUCLEP a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento, nos prazos estipulados;

1.23.3 Diante do atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;

1.23.4 Pela paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à NUCLEP;

1.23.5 Pelo desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, assim como as de seus superiores; e,

1.23.6 Pelo cometimento reiterado de faltas na sua execução.

1.23.7 A associação da contratada com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação não admitidas no edital e no contrato;

1.23.8 Decretação de falência ou a instauração de insolvência civil da contratada;

1.23.9 Alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que prejudique a execução do contrato;

1.23.10 Ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do contrato;

1.23.11 Razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo gerente geral de Compras e Contratações e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato.

17. DA CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO E SUCESSÃO CONTRATUAL

1.24 É vedada a cessão ou transferência deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da CONTRATADA, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

1.25 A sucessão contratual será permitida somente em decorrência de operações societárias de fusão, cisão ou incorporação realizada pela CONTRATADA, e desde que:

- I. Previamente analisado e consentido pela NUCLEP, considerando eventuais riscos ou prejuízos para o adimplemento contratual;
- II. Sejam mantidas todas as condições contratuais, inclusive quanto aos requisitos de habilitação originais; e
- III. Exista expressa concordância do sucessor em assumir a responsabilidade pela execução do presente Contrato e receber os créditos dele decorrentes.

18. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

1.26 O contrato somente poderá ser alterado por acordo entre as partes.

1.27 O contrato poderá ser alterado por acordo entre as partes nos seguintes casos:

1.27.1 Quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

1.27.2 Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

1.27.3 Quando conveniente à substituição da garantia de execução;

1.27.4 Quando necessária à modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens;

1.27.5 Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição da NUCLEP para a justa remuneração do fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de

força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

1.27.6 Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, deverá restabelecido, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

19. DA FORÇA MAIOR

1.28 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior na execução do objeto do contrato deverá ser comunicada por escrito pela CONTRATADA, no prazo de até 48 horas, contadas da data do evento, na qual deverá descrever minuciosamente o fato e fazer prova da sua existência.

1.29 Em nenhuma hipótese serão considerados casos fortuitos ou de força maior prejuízos que, eventualmente, venham a ser causados à NUCLEP, por imperícia, negligência, imprudência ou omissão dos empregados/colaboradores/prepostos da CONTRATADA ou de terceiros.

1.30 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior excluirá a responsabilidade da CONTRATADA pelos danos emergentes e lucros cessantes causados à NUCLEP, salvo se estiver em mora e aquele ocorrer durante o atraso do adimplemento da obrigação.

1.31 As penalidades não serão aplicadas se a inexecução total ou parcial do contrato se der em virtude de caso fortuito ou de força maior.

1.32 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, desde que acarretem o impedimento à execução do objeto do contrato, é motivo para a rescisão unilateral contratual pela NUCLEP.

20. DA ANTICORRUPÇÃO

1.33 As partes declaram, neste ato, que conhecem e entendem os termos da Lei Federal nº 12.846/2013 (lei anticorrupção) e sua legislação correlata e estão cientes que, na execução do presente contrato, é vedado às partes incluindo seus empregados, prepostos e/ou gestores:

1.33.1 Prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;

1.33.2 Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente contrato;

1.33.3 Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais;

1.33.4 Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente contrato; ou

1.33.5 De qualquer maneira fraudar o presente contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013, do Decreto nº 11.129/2022 ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis, ainda que não relacionadas com o presente contrato.

21. DO COMPROMISSO ÉTICO

1.34 A CONTRATADA declara, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Conduta e Integridade da NUCLEP, o qual encontra-se disponível no link: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/orgaos-vinculados/nuclep/acesso-a-informacao/governanca-corporativa-1>.

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

1.35 Este Instrumento Contratual representa tudo o que foi pactuado de comum acordo entre a NUCLEP e a CONTRATADA com relação ao objeto nele previsto.

1.36 Os casos omissos serão analisados pelos representantes legais das Partes, com o intuito de solucionar o impasse, sem que haja prejuízo para nenhuma delas, tendo por base o que dispõem a Lei nº 13.303/2016 e demais legislações vigentes aplicáveis à espécie.

1.37 Eventual omissão ou tolerância quanto à exigência do cumprimento das obrigações contratuais ou ao exercício de prerrogativa decorrente deste Contrato não constituirá renúncia ou novação nem impedirá as partes de exercerem os seus direitos a qualquer tempo.

1.38 Integram o presente Contrato:

- I. Anexo I – Termo de Referência e seus anexos
- II. Anexo II – Proposta

23. DO FORO

1.39 Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer questões oriundas do cumprimento do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias, de igual forma e teor.

Itaguaí, de _____ de 20__.

NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A – NUCLEP
CNPJ: 42.515.882/0003-30

Representante Legal

Representante Legal

CONTRATADA:
CNPJ:

Representante Legal